

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Tribunal da Relação de Lisboa tem o maior gosto e honra em poder receber, neste dia 7 de março de 2025, a Ronda Regional Sul da VII edição do Supremo Moot Court de Justiça, organizada pela ELSA (European Law Students Association) Portugal, com o apoio institucional do Conselho Superior da Magistratura (CSM) e da sociedade de advogados Uría Menéndez, a que o Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal da Relação de Lisboa não deixaram de se associar, abrindo as portas à concretização deste projeto.

Segundo a organização (ELSA Portugal), o *“Supremo Moot Court de Justiça (SMCJ) caracteriza-se como uma simulação de julgamento na mais alta instância dos tribunais portugueses, tendo como objetivo pôr à prova os conhecimentos de Direito dos participantes e auxiliá-los na sua aplicação prática, objetivando que a sua capacidade de argumentação, oratória, retórica e investigação e análise de jurisprudência sejam desenvolvidas, o que, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento das suas soft skills”*.

Os *“mootcourts”* constituem, na sua tradução literal, *“tribunais de debate”* onde os intervenientes têm um primeiro contacto, ficcionado, com a realidade de um julgamento, mas que, como qualquer julgamento real, implicam:

- A sustentação de posições jurídicas;
- A tomada de posição e argumentação por uma determinada causa;
- O estudo e análise das várias questões e temas;
- Um trabalho de aplicação do direito aos factos;
- A necessidade de trabalhar em equipa, de gerir o tempo, sob pressão; e
- A necessidade de treinar o pensamento e a sua expressão (oral e escrita).

Trata-se de uma magnífica iniciativa de formação de futuros juristas e de aplicação dos conceitos teóricos que os intervenientes deterão, dirigindo-os à concretização prática de um determinado resultado.

Felicito, assim, a organização por todo trabalho de concretização e desejo a continuação, com sucesso, por muitos anos, deste frutuoso projeto.

Este ano os temas escolhidos, para além da sua atualidade inegável, envolvem a apreciação jurídica de temáticas fundamentais, como sejam: Direitos fundamentais; Propriedade intelectual; e Inteligência Artificial.

Trata-se, igualmente, segundo julgo, do primeiro contacto dos intervenientes das equipas participantes, com uma aproximação muito fiel à realidade dos tribunais, que, assim, podem vivenciar.

Por tudo isto, reitero as minhas palavras iniciais e desejo um excelente trabalho a todos e, em particular, muito boa sorte às equipas concorrentes: As maiores felicidades!

Permitam-me, por fim, saudar e agradecer, em particular, aos Juízes Desembargadores Eleonora Viegas, Alexandre Oliveira e João Ferreira, a disponibilidade para - no meio dos seus inúmeros afazeres e responsabilidades - integrarem o “*quadro de júris*” e por estudarem o – segundo julgo – o aliciante, mas não menos difícil – caso que foi proposto – e elaborado pelo Juiz Desembargador Jubilado Luís Ferrão - e contribuírem, assim, para o sucesso e conclusão deste projeto.

Terei, obviamente, a maior honra em acompanhar o fecho dos trabalhos, anunciando a equipa vencedora desta Ronda Regional e, bem assim, quem foi o melhor Orador na competição. Boa sorte a todos!

Lisboa, 07-03-2025,

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa,

Carlos Castelo Branco.